

“LITERATURA E HISTÓRIA, UNI-VOS!”: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DA PRODUÇÃO LITERÁRIA E HISTORIOGRÁFICA VISTAS A PARTIR DO MATERIALISMO HISTÓRICO

Elis da Silva Oliveira

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: elisoliveiraa@gmail.com

Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: cintiabarbara@gmail.com

Resumo

O artigo propõe uma discussão sobre os usos, limitações e aproximações entre História e Literatura, tendo como objetivo analisar a relação entre a produção literária e historiográfica e especialmente o papel desempenhado pelos autores, narrativas e horizontes teóricos construídos nas últimas décadas, problematizados à luz do materialismo histórico. Para isso, estabelece como base de análise as considerações de Terry Eagleton sobre literatura e marxismo, cultura, pós-modernismo e limitações, características e objetivos da produção e da crítica literária; Alfredo Bosi na relação entre Literatura e a História; Eric Hobsbawm sobre o papel da História e da história das identidades; e Antônio Gramsci no que se diz respeito aos conceitos de intelectual e Ciência. Desta forma, argumenta-se sobre a necessidade em problematizar constantemente não apenas o conteúdo e a forma nas quais são produzidos os conhecimentos históricos e literários, como ainda o papel desempenhado pelos profissionais das referidas áreas, de modo a (re)pensar os códigos, significantes, leitores e também aproximar as análises entre texto, contexto, usos e abusos de conceitos (tais como os de cultura, relativismo cultural e identidade), visões de mundo e a responsabilidade ética e política que historiadores, escritores e críticos literários exercem nas sociedades temporal e espacialmente estabelecidas.

Palavras-chave: Materialismo Histórico. História. Literatura. Conflito.

Introdução

O que define a Literatura? O que define a História? E o que diferencia ambos? Estes questionamentos têm sido cada vez mais necessários para a compreensão do saber inserido tanto nos estudos literários (e de crítica literária) quanto nos estudos históricos e historiográficos, compondo ainda a tônica de boa parte dos estudos que abordam a relação

entre estes dois campos do conhecimento. Entretanto, cabe aqui um outro tipo de indagação: para que e a quem serve a Literatura e a História¹?

Compreender o que define uma área da produção científica é de suma importância para o entendimento do alcance e limites dos estudos e das considerações teóricas e metodológicas dentro de cada área de análise. Porém, definir o que é e o que não é Literatura e História deve inserir ainda os questionamentos sobre os sentidos, os conteúdos, a recepção, a presença e reflexos dos aspectos socioculturais, políticos, econômicos e ideológicos tanto presentes nas narrativas quanto na forma como estes estudos são apropriados em sociedade para legitimar, ou não, vontades e projetos.

Dito isso, temos aqui o objetivo de observar, embora de forma breve, a relação entre Literatura e História a partir do materialismo histórico, analisadas com as considerações do crítico literário Terry Eagleton, do historiador Eric Hobsbawm, de Alfredo Bosi e ainda apontamentos de Antônio Gramsci e Raymond Williams. Assim, acreditamos na urgência em ampliar e intensificar os debates sobre a relação entre o conhecimento e os usos (e abusos) dele nas relações materiais de produção (e de vida).

Entre a ficção, realidade, forma e conteúdo

A Literatura é o local da imaginação, da ficcionalidade e de estilos e ideias próprias de ver e criar o mundo? A literatura é o local do exótico, de uma linguagem diferente, com formas específicas e definidas por pares que detém o conhecimento formal dos tipos e características linguísticas peculiares ao restante da sociedade? Os textos literários são aquilo que, socialmente ou academicamente são tidos como importantes e valiosos para pensar ou reconstruir um dado contexto histórico ou, então, um estilo diferenciado de apropriação das formas linguísticas?

De acordo com o crítico literário inglês Terry Eagleton (2006), existem, ao menos, quatro grandes perspectivas para pensar o que seria a literatura: como ficção (oposição entre a produção “criativa” da produção “realista”); como forma (estilo literário como tipo especial de linguagem, cuja ênfase se dá na forma em detrimento do conteúdo); a literatura como juízo de valor (definida por critérios ideológicos entre aquilo que seria bom e importante

¹ De certa forma, poderíamos suscitar esta questão sobre o conhecimento científico como um todo, mas existem diferenças significativas entre as áreas e os estudos e não daríamos conta, em poucas linhas, de considerar tais complexidades.

positivamente para representar uma dada sociedade/classe); e uma literatura menos concebida e definida em torno de características próprias, e mais como objeto e ferramenta para compreensão da realidade.

Entre códigos, significantes e leitores, a literatura tal como apontada no final do parágrafo acima, pode ser vista como o local da construção e reflexão diferenciada sobre a sociedade em seus variados aspectos. Definir o que seja a Literatura talvez não seja o mais importante no presente momento, e sim compreender para que, por quem e com que objetivos e finalidades ela é apropriada e construída ao longo do processo histórico, até mesmo para observar que o próprio conceito de Literatura é mutável e múltiplo.

Dentro do saber literário, podemos analisar um referido texto a partir de sua forma e/ou de seu conteúdo (e da recepção dele), considerando a visão e o contexto do autor e ainda a recepção de sua abordagem pela sociedade que o lê. Podemos ainda, procurar compreender, salvaguardando as devidas proporções e limitações, a relação entre forma, conteúdo e contexto com objetivo de pensar não apenas a produção literária, como ainda os arranjos históricos em que ela se inclui.

Entender a literatura significa, então, entender todo o processo social do qual ela faz parte [...] As obras literárias não são misteriosamente inspiradas, nem explicáveis simplesmente em termos de psicológica dos autores. Elas são formas de percepção, formas específicas de se ver o mundo; e como tais, elas devem ter uma relação com a maneira dominante de ver o mundo, a “mentalidade social” ou ideológica de uma época. (EAGLETON, 2011a: 19).

E é essa a visão de Literatura que propõe Eagleton (2006, 2011a), especialmente a forma de pensar a produção e o papel dos escritores e dos críticos literários na atualidade a partir da perspectiva do materialismo histórico. Uma produção que não é apenas reflexo das relações sociais, como ainda atua na construção, reformulação e dá novos contornos para pensar tais cenários a partir das obras e textos construídos em um dado período histórico.

A relação entre Literatura e História se torna importante, portanto, como justificativa para pensar a sociedade entre a função dos intelectuais (em sentido geral), de suas obras e o papel que elas desempenham tanto naquilo que está sendo narrado, quanto pela sociedade na qual estas abordagens estão inseridas e, ainda, nos grupos sociais que consomem tais textos ao longo do tempo. Por exemplo, a leitura de Gilberto Freyre em “Casa Grande & Senzala” pode ser vista a partir do conteúdo presente na obra, como ainda pela forma e estilo linguístico do autor, também pode ser vista como significante sobre o contexto social, político, ideológico e

cultural no qual Freyre estava inserido quando construiu sua narrativa e ainda é possível analisar a recepção que o referido texto possuiu em determinado contexto espacial e temporalmente estabelecido.

De tal modo, o que propomos aqui é uma leitura histórica da produção literária, especialmente uma abordagem que considere não apenas o texto em si como ainda o contexto no qual ele se insere e os usos (e abusos) que deles são feitos, principalmente, pelas abordagens realizadas por seus pares e críticos literários. Seguindo Eagleton (2006, 2011) consideramos importante o papel do crítico e profissional da Literatura neste contexto, e para isso, se faz necessário compreender o que é o saber histórico e parte de suas metodologias para pensar as relações sociais no tempo-espaço nas quais a literatura se insere.

A História, em seu turno, também possui historicidade e sua concepção, fundamentos e objetivos também são resultados de processos sociais temporal e espacialmente delimitados. Portanto, a critério de definição, dentre as correntes historiográficas que delimitam o conceito de História, consideramos História como a ciência “dos homens no tempo. O historiador não pensa apenas o humano. A atmosfera em que o seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração.” (BLOCH, 1997: 89) e observamos o processo de construção destas relações a partir dos conflitos, interações e contradições materiais entre classes, instituições, áreas do conhecimento, países; etc; tanto no que se diz respeito aos modos de produção quanto aos discursos e conteúdos ideológicos construídos ao longo do tempo.

Entretanto, embora nosso conceito abarque uma busca pela percepção dialética da sociedade, sendo esta uma relação que pressupõe contradições e diferentes visões de mundo, durante boa parte do século XIX e meados do XX uma das bases para caracterizar a produção e as referências históricas hegemônicas foi o estatuto da “verdade”, ou seja, de buscar reconstruir o que de fato aconteceu tal como se as fontes tivessem em si a verdade dos fatos, não cabendo ao historiador o papel de problematizá-los, apenas de contá-los a partir de uma narrativa factualista, de grandes personalidades e momentos históricos, em detrimento de outros.

O debate entre realidade e ficção e a relação dialética e contraditória no nível das relações sociais entre verdade e mentira talvez tenha sido (ou ainda seja, especialmente nas considerações sobre a História em seu senso mais generalizado) uma das maiores polêmicas dos horizontes teóricos historiográficos, especialmente em relação às considerações de Hayden White (2011). Dito isso, um dos maiores questionamentos sobre a produção dos historiadores seria compreender até que ponto aquilo que é escrito corresponde a ao que

efetivamente aconteceu ou se seria reflexo da produção imaginativa e criativa dos seus autores, numa produção variada, complexa e, por vezes, dispersa.

Para compreender tal processo, consideramos importante mencionar a emergência, ao longo de toda a segunda metade do século XX, de um conjunto de reflexões, chamadas por “pós-modernas” (nas quais se inserem as propostas de White acima pontuadas), sobre a realidade, sobre a Ciência, sobre as relações humanas de um modo geral e ainda, sobre os limites dos estudos científicos e o conceito de verdade, de universal e de totalidade.

As categorias e os limites da verdade, ilusão, ficção e realidade tiveram suas fronteiras ultrapassadas, especialmente nas últimas décadas e tanto História quanto Literatura passaram a ser postas em cheque quanto à validade de suas considerações em sua capacidade de retratar o contexto social no qual se inseriam. A História, por um lado, seria atacada pelo seu rigor excessivamente objetivista e universalista e pela falta de análise da produção histórica e dos limites desta mesma produção a partir de uma análise daqueles que escreviam os textos (e a maneira a qual eram escritos), ou seja, a falta de percepção das questões de forma presentes nas considerações dos historiadores.

Além disso, a História que em sua roupagem historicista, factualista e científica cunhada ainda no século XIX se vangloriava por representar o que havia de fato ocorrido e de ter a verdade como seu objetivo último e imprescindível, teve de prestar contas ao que entendia por verdade. Entretanto, tais questionamentos foram suscitados também a partir dos estudos marxistas (a exemplo de E. P. Thompson e Hobsbawm) e considerações sociais da Escola dos Annales, mas não como forma de negar a realidade, e sim com o objetivo de problematizá-la a partir de evidências, justamente como apresentado no conceito acima pontuado sobre a História.

De outro lado, determinados setores e posições teóricas na Literatura foram criticadas por Eagleton (2011b, 2014), Williams (2011a, 2013), entre outros, por sua fixação nas relações de forma, estilos e de um conteúdo visto em grande medida, apenas a luz de seu autor e de seu contexto mais localizado, sem observar as relações de conflito, ideológicas e sociais mais amplas, ou então, figurando como narrativas romantizadas incapazes de efetivamente problematizar as relações de dominação de classe nas sociedades capitalistas.

A História necessitaria, portanto, voltar parte de suas atenções para a produção do conhecimento e as formas com as quais este conteúdo estava sendo realizado e a Literatura deveria, no exercício oposto, pensar mais no processo histórico assente nas produções literárias. A dicotomia imaginação/realidade se tornou menos efetiva e a imaginação não seria

mais uma mera reflexão surreal ou irreal e sim uma ferramenta para dar novas tonalidades à percepção da realidade, sendo esta última um conjunto variado e complexo das relações sociais e ideologicamente estabelecidas.

As reflexões do materialismo cultural desenvolvido por Williams (2011b, 2013) consideraria que o real seria, portanto, a imaginação socialmente construída, amplamente aceita e politicamente hegemônica. E o papel desempenhado pelos estudos, tanto históricos quanto literários, deveria consistir justamente em repensar e problematizar os projetos, ideais e visões de mundo.

Neste contexto, ao abordar a importância das contribuições marxistas na literatura, Eagleton (2011a: 14-16) considera que

A crítica marxista não é meramente uma “sociologia da literatura”, dedicada à maneira como os romances são publicados e como eles mencionam (ou não) a classe trabalhadora. Seu objetivo é explicar a obra literária de forma mais plena; e isso significa uma atenção sensível às suas formas, estilos e significados. Mas isso também significa compreender essas formas, estilos e significados como produtos de uma História específica. [...] A originalidade da crítica marxista, por conseguinte, não está na sua abordagem histórica da literatura, mas em seu entendimento revolucionário da própria História.

Com isso, sem cair na tentação em negar a objetividade e os sentidos científicos da produção histórica e literária, é importante percebermos a necessidade de, a partir do materialismo histórico, pensarmos este processo à luz de reflexões que observam a produção do conhecimento tanto quanto reflexo quanto determinantes para a vida socialmente estabelecida (estrutura e superestrutura). E mais, observar até que ponto, e em que limites, a realidade é retratada nos estudos históricos e literários e em que sentido a forma e o conteúdo destes estudos reflexem ou não a realidade na qual os autores estão inseridos.

Embora existam diferenças entre o que seja a Literatura e a História, hoje muito mais definidas pelos métodos e objetos de estudo, as incursões entre ambas se tornam cada vez mais visíveis e necessárias. E embora não concordemos em uma simples junção das duas, tal que como se significassem hoje a mesma coisa, é importante considerarmos que ambas amadureceram de forma consistente a partir das apropriações das reflexões da outra.

Entretanto, de que forma os profissionais de História e Literatura podem efetivamente auxiliar na compreensão da complexidade social e dos conflitos de classe na sociedade contemporânea, e ainda, quais as responsabilidades e perigos assentes nesta atividade?

A Ciência e as relações materiais de produção

Antes de prosseguirmos falando especificamente sobre História e Literatura, é fundamental frisarmos que a produção científica é composta por uma estrutura e um modo de produção específico: o capitalista; além disso ela é, em si, um elemento superestrutural da sociedade (GRAMSCI, 2014). Considerar isto é parte fundamental para conseguirmos pensar o contexto no qual todos nós, produtores de conhecimento científico (ou cientificamente conduzido) estamos inseridos. De acordo com Gramsci (2014: 175)

Colocar a ciência como base da vida, fazer da ciência a concepção do mundo por excelência, a que liberta os olhos de qualquer ilusão ideológica, que põe o homem em face da realidade tal como ele é, isto significa recair no conceito de que a filosofia da práxis tem necessidade de sustentáculos filosóficos fora de si mesma. Mas, na realidade, também a ciência é uma superestrutura, uma ideologia. [...] Além disso, não obstante todos os esforços dos cientistas, a ciência é a união do fato objetivo com uma hipótese, ou um sistema de hipóteses, que superam o mero fato objetivo.

A ciência, além de seu papel analítico, está inserida naquilo que ela analisa. Somos criadores de conteúdo no mesmo sentido em que somos o próprio conteúdo, falamos sobre cenários, contextos, sociedades, relações humanas de variados modos e formas. E estamos inseridos nas relações sociais, não necessariamente as mesmas as quais narramos, mas fazemos parte da sociedade, somos produtores e refletimos conteúdos presentes nela.

E esse é, para nós, o grande ponto de encontro entre Literatura e História. A percepção em sermos criadores de conteúdos e ao mesmo tempo, produto das relações humanas nas quais estes e muitos outros estudos estão historicamente inseridos. A objetividade, a imparcialidade são, portanto, muito mais formas de legitimação de vontades do que necessariamente instrumentos para uma efetiva busca de verdade objetiva e universal.

Porém, é importante frisar que, embora a realidade não seja um dado imutável ou um monumento pronto a ser escavado e em si mesmo capaz de refletir o que de fato aconteceu, não podemos destituir da realidade o seu papel fundamental para os estudos sobre as relações humanas, e desta forma, o materialismo histórico ainda tem muito a contribuir. Dizer que a realidade não é um dado em si mesmo é diferente de apontar que a realidade simplesmente não existe, ou que existe apenas na imaginação (ou ainda, que a imaginação não é real).

Embora seja necessário romper com uma ideia universalista de humanidade, é importante considerar em que sentidos tal ruptura deve ser feita. Consideramos que é, de fato,

fundamental romper com um conjunto de ideias que homogeneízam as relações humanas, tais como se elas se dessem da mesma forma e em todos os lugares. Porém, isso não significa que não existam relações humanas, relações de conflito e sujeição. Elas existem, e embora não saibamos exatamente quantos grupos e classes existem hoje, seria ingenuidade negar a existência do conflito entre e dentre eles.

Não é, portanto, homogeneizar o conteúdo nem tampouco a forma, ou pensar as narrativas de forma isolada, mas observar que as relações e contradições sociais existem e são a tônica da humanidade. E a história² tem sido a narrativa destes conflitos e destas transformações. Cabe-nos perceber tais questões e a partir de nossas considerações, compreender tais processos, tais relações e ampliar a análise das complexidades humanas socialmente estabelecidas, vistas entre História e Literatura.

O que escrevemos e a forma como escrevemos possui relevância tanto no sentido daquilo que retratamos quanto pelo local que ocupamos no ato de escrever, a quem direcionamos nossas considerações e os usos (e abusos) que nossas reflexões podem sofrer pela apropriação de determinados grupos sociais (alguns dos quais estamos inseridos).

Pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte? Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. (GRAMSCI, 2014: 94).

Seguindo as considerações de Gramsci, para termos consciência do papel que desempenhamos, é preciso que voltemos nossas atenções para a teoria e também para a realidade que nos cerca. O mundo, embora diverso, variado e múltiplo, é a realidade que precisa ser evidenciada, analisada e considerada em suas contradições. E de que forma nossos estudos e a maneira pela qual metodologicamente abordamos nossos objetos de análise podem nos auxiliar a compreender (e quem sabe, transformar) a realidade em que vivemos?

² Não nos remetemos aqui a História (área do conhecimento) e sim ao conjunto das relações humanas ao longo do tempo.

Cultura e sociedade entre o particular e o universal e entre texto e contexto

Os estudos pós-modernos têm crescido de tal maneira nas últimas décadas que boa parte das considerações tanto na Literatura quanto na História tem se aproximado de uma análise dos aspectos e instrumentos culturais, da multiplicidade, da variedade e do relativismo em sentido amplo. E isso foi uma importante conquista em função de uma visão dogmática da sociedade, entretanto Eagleton (1998, 2011b) questiona este processo no sentido em que algumas questões de ordem política e econômica têm sido relegadas a um descaso crescente e incapacitando uma efetiva percepção das contradições sociais.

Além disso, ao apontar para emergência dos estudos pós-colonialistas e pós-modernos, Eagleton (1998, 2011a, 2011b, 2014) suscita a necessidade em repensar o papel desempenhado por alguns autores e os limites das considerações feitas em suas obras. E embora sejam importantes tais estudos, a quem são direcionadas estas reflexões? Quem as consome? De que maneira, contraditoriamente, a produção científica é apropriada de forma a romantizar as relações de conflito internas nos grupos aos quais se pretende defender e contrapor em relação as potências imperialistas?

Muito da teoria pós-colonial mudou o foco de classe e nação para etnicidade. Isso significou, entre outras coisas, que os problemas específicos da cultura pós-colonial foram, com frequência, falsamente incorporados à questão muito distante de “política de identidade” do Ocidente. Dado que a etnicidade é, em grande parte, uma questão cultural, essa mudança de foco representou também uma passagem da política para a cultura. De alguma forma, isso refletiu mudanças reais no mundo. Mas também ajudou a despolitizar a questão do pós-colonialismo e a inflar o papel da cultura dentro dele. (EAGLETON, 2014: 26).

Eagleton (2011b) ao falar sobre a cultura, apresenta alguns limites aos conceitos construídos no século XX para ela. E um dos mais perigosos apontados por ele, no nosso entendimento, consiste em relativizar as relações e contradições humanas a partir de uma ideia de que cada grupo social tem sua cultura, seu modo de vida que deve ser visto à luz de sua própria particularidade e uma especificidade quase autossuficiente.

Em muitos casos, observa-se uma visão romântica na relação de dominação e opressão não tanto entre e sim dentro das classes sociais (e mesmo nos grupos étnicos). O colonizador é visto como o vilão e o colonizado como aquele que luta contra a dominação numa narrativa que é, em geral, construída a partir da relação dual entre o explorador e o explorado, nas unidades do “outro” e o “eu”.

A história da identidade, neste cenário, exerceu um marco para análises sociais, entretanto, ao apontar as diferenças entre o particular e o universal, o “eu” e o “outro”, o local e o global (ou nacional) é preciso que pensemos criticamente tais contextos, posto que o “eu” não é uma unidade hermética. O outro, tampouco. O particular não se opõe em absoluto ao universal, o local não é uma “ilha” isolada e inóspita. Desconstruir o discurso do colonizador é fundamental, tal como é necessário romper com uma visão “romântica” de um colonizado sem conflitos internos (de classe, gênero, idade, etc.).

A fuga da universalidade em função das variedades e multiplicidades é altamente importante, mas é imprescindível observarmos o que define o universal por além de uma simples oposição entre particular/universal. Primeiro, precisamos romper com as dicotomias e simples oposições (indivíduo/sociedade, particular/universal, sociedade/Estado, eu/outro) visando a percepção das complexidades das relações sociais. Eagleton (2011a) considera que o indivíduo se personifica na ideia do universal (da humanidade) ele se vê como completo e não apenas como uma particularidade isolada, parcial e limitada onde ele, o “eu”, busca legitimar sua verdade particular, tornando-a universalizada, sendo então, um universal sob outros termos.

Além disso, precisamos compreender os limites da noção de cultura e de identidade em detrimento da análise das noções e relações de poder, de política e estruturas econômicas. Neste cenário, Hobsbawm (2013), irá considerar ainda que

O perigo reside na tentação de isolar a história de uma parte da humanidade – a do próprio historiador, por nascimento ou escolha – de seu contexto mais amplo. [...] Os historiadores, conquanto microcósmicos, devem se posicionar em favor do universalismo, não por fidelidade a um ideal ao qual muitos de nós permanecemos vinculados, mas porque essa é a condição necessária para o entendimento da história da humanidade, inclusive a de qualquer fração específica da humanidade. Pois todas as coletividades humanas são e foram necessariamente parte de um mundo mais amplo e mais complexo.

Embora seja tentador proceder uma análise particularista da cultura e da sociedade, o conceito de relatividade cultural é, nestes termos, limitado, afinal pode gerar uma visão que solapa a análise do conflito, da sujeição de um grupo sobre outro (e mesmo dentro de um grupo a partir das diferentes classes, gêneros e interesses). A cultura pode ser vista como um conjunto dos modos de vida, mas esse conjunto não foi construído de forma completamente harmônica (tanto externamente quanto internamente) e eliminar a contradição e o conflito do conceito e da forma de pensar as relações culturais é altamente negativo por ser, inclusive,

instrumento para romanticamente negar as hierarquias e a opressão de classe e gênero entre (colonizado-colonizador) e dentro dos grupos sociais (colonizado-colonizado, colonizador-colonizador). Constitui-se aqui mais uma relevância de uma reflexão com base no materialismo histórico, em que

Ao contrário dos tipos mais sentimentais de pós-colonialismo, a maior parte do marxismo não presumiu que “Terceiro Mundo” significava bom, e “Primeiro Mundo”, mau. Em vez disso, insistiu numa análise de classe das próprias políticas coloniais e pós-coloniais. (EAGLETON, 2014: 23).

É importante, ao problematizar nossos objetos, pensá-los a partir de suas relações de conflito internos e externos. Não precisamos descrever e analisá-los pormenorizadamente, mas não podemos anular sua existência. Não podemos também fingir uma posição imparcial perante nossas considerações e não devemos ingenuamente acreditar que nossos estudos não serão apropriados de formas a, por vezes, instrumentalizar opressões e fortalecer as relações de dominação.

Considerar o papel que exercemos (conscientemente ou não) e o local que ocupamos nas relações sociais é fundamental, especialmente a partir de uma abordagem que consiga considerar os aspectos estruturais (econômicos e sociais) e superestruturais (cultura, política e ideologia) da sociedade, vendo-os de forma complementar e não hierárquica e determinista. Com isso, o materialismo histórico e a filosofia da práxis consistem em aportes teóricos e metodológicos a dar suporte para pensar as relações históricas de forma ampla, complexa e vista em suas contradições internas e externas. Neste contexto, ao considerar sobre sua realidade, Alfredo Bosi (2015: 243) argumenta:

Toda escolha tem uma história. Uma história que não é só pessoal, mas tem a ver com o *ethos* de uma geração que compartilhou durante algum tempo as mesmas perplexidades no plano das ideias e no plano dos valores. Os que se formaram em torno dos anos 1960 sabem que os estudiosos das Letras, os eternos amantes da poesia e da ficção, vivíamos em uma tensão entre dois polos intelectuais e morais. De um lado, a compreensão da obra literária exigia uma leitura imanente rigorosa que, àquela altura, nos era proporcionada pelo estruturalismo e pelo retorno aos formalistas russos, que anos e anos de censura haviam impedido de circular na cultura ocidental. O outro polo, de cunho ético e político, era constituído pela urgência de entender a sociedade brasileira que habitávamos e que nos habitava, e, se possível, intervir nas suas estruturas iníquas; para tanto, a teoria mais vigorosa de que se dispunha vinha do marxismo que só então passou a ter presença efetiva na cultura universitária e, em particular, na cultura de nossa Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A tensão entre essas duas exigências foi construtiva de um certo tipo de intelectual, que ainda sobrevive.

Bosi (2015), ao procurar estreitar a relação entre Literatura e História, demonstra uma efetiva compreensão da necessidade em considerar tanto os limites e urgências internas à disciplina quanto o seu contexto mais amplo, ético e político no qual não apenas a disciplina, como ainda os autores e a “cultura universitária” se inserem. O contexto por ele narrado era o dos anos de 1960, mas seu papel se estende na atualidade por sua forma de analisar criticamente e historicamente os textos e autores.

Essa relação é ainda mencionada por Williams (2011a, 2011b) quando aborda para a necessidade, no caso inglês, da literatura voltar suas atenções para como os textos e narrativas auxiliavam a construir formas e visões de mundo que legitimariam projetos específicos de poder sob controle de determinados grupos sociais. Além disso, seria necessário romper com conceitos e teorias elitizadas, sob controle e a serviço de uma minoria, em prol de transformar a produção acadêmica em ferramentas para pensar a sociedade de forma mais ampla e inclusiva. Ele irá dar ênfase à cultura como forma de compreender este contexto, especialmente vendo-a como o local de lutas e de construção de sentidos tanto literários quanto históricos no conjunto das relações de vida.

A cultura se torna, portanto, um importante elemento junto do materialismo histórico para pensar os conflitos e diversidades dentro das relações sociais. A cultura, como elemento superestrutural, remodela a relação entre estrutura e superestrutura dentro dos estudos marxistas. Ela, vista de forma dialética, seria ainda o lugar do conflito e Eagleton (2011b: 181) irá apontar ao menos quatro frentes para pensá-la: “[...] existe cultura como civilidade, cultura como identidade e cultura como comercialização, há também a cultura como protesto radical”. Portanto, a cultura não deve ser vista como um conceito “bonito” para pensar a sociedade, é preciso compreendê-lo inserido numa realidade complexa, variada e conflituosa, onde a cultura não é apenas o lugar da afirmação da identidade, do “eu” positivo, da variedade, da diferença, ela é ainda o local de negação, de exclusão, de relações de força e de poder, da luta por emancipação e também pela dominação.

Estamos, portanto, mergulhados na necessidade de criativamente dar sentido para o que analisamos e acreditamos, utilizando formas diversas e conteúdos com evidências e aportes científicos para serem convalidados. As formas literárias e o conteúdo histórico estão dispostos para serem apropriados das mais diversas formas possíveis. Cabe a nós, escolhermos o local, os conceitos, o objetivo e a quem direcionaremos nossas reflexões, posto que:

Os que gozam do privilégio de não precisar saber, para quem politicamente nada está em jogo no conhecimento racional e preciso, pouco têm a perder ao exaltar as virtudes da insolubilidade. Não há motivos por que os críticos literários não deveriam voltar-se para a autobiografia ou para o anedotismo, ou simplesmente fatiar seus textos e entregá-los ao seu editor numa caixa de papelão, se não assumem uma posição política de forma a precisar de um conhecimento emancipatório. (EAGLETON, 1998: 15)

Com isso, fazemos novamente o questionamento: a quem servem, a grosso modo, as reflexões literárias e histográficas na atualidade? Qual o nosso papel na condição de pesquisadores (especialmente na Amazônia)? De que forma abordamos nossos objetos, analisamos nossas fontes e consideramos teoricamente o retrato de realidade por nós (re)modelada?

À guisa de uma conclusão

Não precisamos em nossas pesquisas buscar transformar o mundo ou defender ideais revolucionários e emancipatórios (ou reacionários e conservadores). Mas precisamos estar cientes do papel que ocupamos e dos usos que nossas considerações poderão ter ou não a partir de sua recepção. Não temos a necessidade de escolher conscientemente o projeto e a visão de realidade e torná-las explícitas em nossos estudos, mas temos a obrigação de saber que essa escolha será feita por nós, muitas vezes, até mesmo independente de nossas convicções e vontades.

A relação entre ciência, ideologia, política e sociedade, queiramos ou não, é um dos pontos determinantes para a definição do papel da produção cientificamente conduzida, tornando importante pensar tais questões a partir do materialismo histórico. Gramsci (2001) ao analisar a função dos intelectuais na sociedade, apresenta-os na condição de mediadores entre interesses de classes. São os intelectuais os personagens para a disseminação e instrumentalização de visões e projetos de mundo. O intelectual, notadamente o orgânico, é o operacionalizador e ferramenta de grupos na conquista da capacidade de direção (hegemonia) por vias do convencimento.

O crítico literário e o historiador exercem um papel de suma importância na sociedade, embora por vezes não saibam disso, dando os arranjos necessários para a construção de ideologias e projetos políticos em dada estrutura social e econômica. Entre o que foi e o que poderia ter sido, entre a dialética da imaginação e realidade, a invenção de tradições, a construção de sentidos históricos e literários são parte fundamentais para o entendimento da

cultura e da identidade um povo, vista de forma complexa e abarcando as relações de poder e de conflito.

Não saber da importância disso é perigoso, no sentido em que pode causar a sensação de anestesiamento, de passividade, de que aquilo que é escrito não irá ser apropriado de forma a intensificar as relações de conflito e sujeição na sociedade, ou de emancipação. E repetimos, embora possamos escolher ou abdicar de um caminho e projeto a seguir, não podemos fingir que não sabemos que a escolha será feita, por nós ou por outros sobre nós. E frisar isso é importante, pois, conforme considera Hobsbawm (2013: 379) (especialmente sobre a História, mas incluímos aqui a Literatura), sendo que “[...] a história ruim não é história inofensiva. Ela é perigosa. As frases digitadas em teclados aparentemente inócuos podem ser sentenças de morte”.

História e Literatura, sozinhas, são grandes áreas do conhecimento, mas unidas com seus métodos, objetos e teorias, se transformam em fontes quase inesgotáveis de conhecimento e de transformação (ou de dominação). Falemos, então, de sexualidade, de lazer, de morte, de esporte, de grupos étnicos, de seriados televisivos, analisemos poemas, músicas, fotografias, livros, obras de arte, frases pichadas pelas ruas, falemos e nos apropriemos de todos os objetos. Mas não façamos isso sem pensar o contexto no qual eles, os objetos, e nós, os pesquisadores, estamos inseridos ou correremos o risco de sermos apropriados de formas que jamais esperamos.

Somos, por fim, responsáveis pelo que escrevemos e pelo que omitimos.

Referências

- BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.
- BOSI, Alfredo. **Entre a Literatura e a História**. São Paulo: Editora 34, 2015.
- EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. **Teoria da Literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011a.
- _____. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2011b.

_____. **Depois da Teoria:** Um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

_____. **Cadernos do Cárcere.** Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri da. **Nova História em perspectiva.** Volume 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo.** São Paulo: Editora Unesp, 2011a.

_____. **Cultura e sociedade:** de Coleridge a Orwell. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011b.

_____. **A política e as letras:** entrevistas da New Left Review. São Paulo: Editora Unesp, 2013.